



ATA Nº 26

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, neste concelho de Portalegre e no Centro de Congressos do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, Laura Ivone Velez Galão, Marco Sales Cardoso, Luís David Moreira Testa, João Pedro Meira, João Nuno Cativo Cardoso e Nuno Gonçalo Franco Lacão na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião extraordinária de Câmara. -----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes e trabalhadores: Pedro Barbas, chefe da Divisão de Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo; Jacinta Silva, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; Rui Pinto, chefe da Divisão dos SMAT e José Gandum chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, tendo a reunião sido secretariada pela técnica Maria Ruivo.-----

ABERTURA DA REUNIÃO: A reunião foi declarada aberta pela Senhora Presidente eram 9:38H, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

FALTAS JUSTIFICADAS:

Não esteve presente na reunião a Senhora Vereadora Ana Margarida Curinha, nos termos do art.º 78:º da Lei 169/99 de 18 de Setembro. -----

A Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do artigo 39.º do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificada a falta dada pelo membro atrás referido. -----

A Substituições

A Senhora Vereadora Ana Margarida Curinha fez-se substituir, pela Senhora Vereadora Sónia Ceia da Silva, que não pode estar presente e se fez substituir pelo Senhor Vereador João Pedro Meira, nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, atenta a ordem da lista do Partido Socialista e sujeita a sufrágio.-



A Senhora Presidente cumprimentou os Senhores Vereadores, o público presente, os técnicos do Município, comunicação social, e todas as pessoas que assistem à reunião via redes sociais.-----

Informou que é uma Reunião Extraordinária, por isso não haverá período antes da Ordem do Dia nem intervenção do público.-----

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GAP- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

Serviços Municipalizados de Águas e Transportes

1153 – Para deliberar – Presente proposta referente aos Documentos das demonstrações orçamentais previsionais - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2025 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre.-----

A Senhora Presidente passou a palavra à Senhora Presidente do Conselho de Administração dos SMATP.-----

A Senhora Vereadora Galão, Presidente do Conselho de Administração dos SMAT, cumprimentou todos.-----

Relativamente à proposta do Orçamento e Plano Plurianual dos Serviços Municipalizados, apuraram, para o ano de 2025, uma receita de 6 milhões e 962 mil €, uma despesa corrente de 6.426.500€ e uma despesa de capital na ordem dos 535.500€.- Destacou nas despesas de capital a continuidade do investimento, iniciado em 2023, a modernização dos sistemas de medição e controlo, a fim de minimizar a redução de perdas de água. Informou que este ano vão implementar um sistema de modernização na bilhética nos transportes e têm um conjunto de investimentos em infraestruturas de abastecimento e saneamento; a construção da ETAR do Monte Carvalho, um coletor de águas residuais na Rua da Fonte em Fortios, algumas remodelações de condutas em Alagoa e Alegrete. Têm ainda um conjunto de investimentos que estão identificados no PPI, que serão dotados aquando da introdução do Saldo de Gerência.-----

O Senhor Vereador João Cardoso cumprimentou a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara, público presente e a comunicação social. Saudou a comunicação social e manifestou com agrado a sua presença em reunião Camarária.-----



Perguntou se a diretriz da Comunidade Intermunicipal caminha para a integração da recolha de lixo em baixa na empresa de águas. Informou que Portalegre ficou fora deste sistema e sempre reconheceu que "ao nosso nível também deveríamos fazer a mesmo", integrar o processo de recolha de lixo na nossa empresa Municipal, nos Serviços Municipalizados e perguntou qual a opinião da Senhora Presidente.-----

Analizou que neste orçamento não se destacam novidades, mas sim um continuar de situações urgentes e concordou. Deu o exemplo da integração dos transportes escolares nos Serviços Municipalizados.-----

A Senhora Presidente respondeu que está a acompanhar o processo e é uma decisão política. Informou que, segundo a CIMAA, há três possibilidades relativas à recolha de resíduos em baixa: conceder esse trabalho a privados, hipótese excluída por quase todos os autarcas do Alto Alentejo. -----

A segunda hipótese foi a proferida pelo Senhor Vereador, "a integração da recolha do lixo em baixa na empresa já constituída para o efeito", da qual fazem parte dez Municípios, dos quais cinco Municípios estão de fora, incluindo Portalegre. -----

E a última hipótese é a constituição de uma empresa nova. As duas últimas hipóteses precisam de ser analisadas ao pormenor, a fim de serem discutidas aqui neste Órgão Camarário. Informou que foi contratado um estudo à CIMAA, a fim de elucidar e ajudar na decisão, sendo atualmente prematuro dar a sua opinião e não vai adiantar mais nada. Comunicou o agendamento de uma reunião com a CIMAA, para debater este assunto e deu exemplos. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão acrescentou que esta situação está a ser discutida a nível supra municipal e aguardam o desfecho. Referiu que os Serviços Municipalizados integraram o serviço de saneamento e dos transportes escolares e não fecham as portas, no sentido de dar uma resposta adequada ao setor dos resíduos. Esclareceu que é um setor em constante mudança, necessita de otimização, com grande margem de crescimento e, de uma forma ou de outra, conceder essa resposta. Acrescentou que no orçamento municipal há um reforço de verba para este setor, permitindo soluções imediatas e de qualidade para o concelho.-----

O Senhor Vereador João Cardoso não entendeu a Senhora Presidente quando disse "...não vou aqui adiantar mais nada" e o que transmite à CIMAA é o fórum deste Executivo e é neste coletivo que têm de ser debatidos os assuntos. Reconheceu que é uma decisão política, mas diz que a CIMAA vai contratar uma empresa para estudar qual vai ser a decisão. -----

Lembrou que o peso de Portalegre em todo o sistema é tão relevante e a opinião dos Vereadores tem de ser muito mais pertinente do que a opinião de povoações e



concelhos envolventes. Recordou que Portalegre ficou de fora do sistema de abastecimento de água em baixa e convinha o executivo perceber se faz ou não sentido entrar neste sistema em baixa, de forma global, mesmo que seja integrada numa empresa criada de novo. -----

A Senhora Presidente clarificou o que tinha proferido anteriormente: "A CIMAA contratou uma empresa para fazer um estudo que nos ajudaria a estudar os três modelos", para posteriormente se tomar uma decisão e ajudar a esclarecer, com um trabalho técnico isento. -----

Não concordou com o proferido pelo Senhor Vereador João Cardoso e afirmou ter referido que "tem a sua opinião, mas não a vai divulgar agora, porque ainda não abordámos a generalidade dos factos na Câmara Municipal". Sublinhou que quando chegar a altura do Município de Portalegre tomar uma decisão, não a tomará sozinha e será tomada neste Órgão. -----

Recordou que no passado, Portalegre disse que sim no início ao abastecimento de água em baixo e com o desenvolvimento do processo, optou por não aderir e é isso que não quer fazer. Concordou que Portalegre tem mais peso quando comparado de forma isolada com outros Municípios. Está em fase de recolher dados e quando o processo estiver apto, gostaria que fosse aprovado por unanimidade, de preferência.--

O Senhor Vereador João Cardoso perguntou se a Senhora Presidente concorda que Portalegre não tenha entrado na empresa das águas. -----

A Senhora Presidente concordou.-----

O assunto foi longamente discutido.-----

O Senhor Vereador Luís Testa cumprimentou a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, os técnicos do Município, o público presente e a comunicação social com um cumprimento especial, para o que se passa na Câmara possa ser relatado de forma fidedigna, pelo crivo de jornalistas públicos, em geral. -----

Referiu que não está confortável com a opinião que se coloca quase como unânime, que Portalegre não deveria ter entrado na empresa das águas. Está convicto que foi um desperdício, porque Portalegre poderia ter liderado um processo distrital, numa escala macro, perdendo a oportunidade de concentrar em Portalegre um conjunto de investimentos resultantes da prestação de serviços, incluindo outros concelhos e deu exemplos. Afirmou que os SMAT tinham condições técnicas e apetrechamento humano para liderar tecnicamente a empresa que veio a ser criada.-----

Quanto à recolha dos resíduos só podem ganhar com a escala que se vier a constituir.- Explicou que os resíduos são uma fonte de despesa para os Municípios em baixa, mas podem ser uma fonte de rentabilidade em alta e se viabilizarem por via da escala, que



adquiram a recolha em baixa, têm peso negocial para que a receita no tratamento dos resíduos em alta se possa traduzir em pecúlio financeiro para o próprio Município.-- Proferiu que do ponto de vista pessoal, institucional, como Vereador e político, é contra a criação de uma nova empresa. Especificou os seus motivos e deu exemplos.----- Se existe uma empresa intermunicipal que presta um serviço, no setor do ambiente, entende que Portalegre possa integrar essa empresa. Confirmou a possibilidade do ponto de vista jurídico e deu exemplos. Portalegre, não estando na componente da água em baixa, pode estar na componente de recolha de resíduos em baixa, sendo esta a sua opinião e deu exemplos.----- Desabafou que o dinheiro público serve para ser bem gerido e se existe um meio público que chega para recolher os detritos depositados no contentor, tem de se recolher nos dois contentores.----- Alertou que a Comunidade Intermunicipal tem que contratar a elaboração de um estudo de viabilidade económico-financeiro, para acautelar os potenciais perigos de uma decisão desta natureza. Acrescentou que este Efeve não seja contratado nos mesmos termos em que foram contratados os Efeve do sistema intermunicipal de transportes e da própria empresa das águas, porque, segundo a sua opinião, o Efeve não respondia às questões primárias que devia responder e calcular um Efeve com ou sem a participação de Portalegre é diferente. Recordou o problema que o Efeve da empresa das águas teve, quando calcularam valores com a participação de Portalegre e posteriormente, isto foi alterado pela não participação. Esta é a sua manifestação política em relação a esta matéria. ----- Relativamente ao orçamento dos SMAT, este orçamento volta a reter os mesmos problemas dos anteriores. ----- Por um lado, os investimentos nas redes de abastecimento e na rede de saneamento concentram-se em três freguesias, não havendo investimentos avultados nas restantes freguesias. ----- Os SMAT já realizaram o trabalho na cidade de Portalegre, para acautelar a eventualidade de cheias, mas no orçamento não se vê explanado o proferido em sede de Reunião de Câmara, aquando da ocorrência das cheias no rossio. Demonstrou espanto por este orçamento não acautelar uma necessidade de investimento que, em sua opinião, é absolutamente imperiosa e não podem esperar que numa próxima báltica de água possa haver resultados diferentes, não tendo havido investimentos e precauções necessárias, a fim de controlar essa matéria.----- O orçamento dos SMAT continua a ser muito exíguo, relativamente à modernização no transporte urbano, porque antes de falarem do *software* (*bilhética*), têm de falar no



investimento em *hardware*, pela antiguidade da frota dos autocarros. A necessidade de reforço da frota é imprescindível e as novas formas de locomoção coletiva urbana, nomeadamente através de combustíveis bio ou através de energia, devia já ter sido colocada em prática neste orçamento. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão explicou que, em relação às freguesias, são todas incluídas neste orçamento, tanto nas obras já com dotações reais, e aquelas que estão identificadas no Plano Plurianual para dotar aquando da integração do saldo.-----

Em relação aos transportes, o Senhor Vereador Luis Testa sabe que tiveram uma candidatura para dois autocarros elétricos aprovada, mas neste momento, sem dotação. Aguardam a abertura de novo aviso e garantiu que não vão desistir deste investimento, pois gostariam de o ter realizado este ano. Garantiu que não vão abdicar deste objetivo de implementação de transportes de descarbonização.-----

Quanto às remodelações da União de Freguesias Sé e S. Lourenço, são intervenções profundas, quer ao nível das águas pluviais, quer da remodelação da rede em baixa, essencialmente no abastecimento. Precisam de financiamento, uma vez que o orçamento dos SMAT não consegue acomodar todas as intervenções. -----

Serão realizadas as intervenções urgentes, mas há a componente de remodelação mais profunda e alargada na rede da cidade, que contemplará a questão das águas pluviais, com uma rede separativa, para resolução da questão que abordou. Comunicou que têm projetos para algumas das zonas de abastecimento na cidade e evoluirão nesse sentido, seja a curto ou a médio prazo.-----

O Senhor Vereador Luís Testa perguntou se a candidatura aprovada, mas sem dotação, foi do Fundo Ambiental. -----

Explicou que no Fundo Ambiental as candidaturas têm lotes sempre abertos, as dotações vão-se esgotando e vão-se reforçando. Perderam a dotação porque apresentaram a candidatura mais tarde e outros Municípios se anteciparam, obtendo dotação. Relembrou que os Vereadores do PS alertaram para este facto e se debateram desde o início deste mandato.-----

Analisou que a elaboração de um orçamento, é aquilo que perspetivam investir no ano corrente e o PPI não serve para perspetivar 1 euro nesse ano e lançar o resto do investimento em anos subseqüentes. Acrescentou que estão identificados um conjunto de necessidades e a Senhora Vereadora Laura Galão e a Senhora Presidente designam como prioridades aquelas identificadas como destino imediato. Enquanto oposição, o seu trabalho é relatar e do ponto de vista do ecletismo e da distribuição, o orçamento deveria ser para todos, pois há concentração sistemática em três freguesias, abdicando de outras, revelando uma opção política. -----



Estranhou que estejam à espera da abertura de avisos para a intervenção nas condutas pluviais que desaguam no rossio, pois é um caso emergente. Garantiu que a chuva, quando cai, não tem em consideração se há avisos ou não abertos para financiamento. Confirmou que existem soluções técnicas que podem ser adequadas em Portalegre e deu exemplos. -----

Concluiu que estão disponíveis para trabalhar em soluções para benefício de Portalegre. -----

A Senhora Presidente defendeu que não podem analisar de forma isolada o que vai ser realizado em 2025, sem comparar com o realizado nos anos transatos. Recordou que tiveram nos últimos dois anos investimentos grandes em algumas freguesias, nomeadamente em Urra, que não está englobada nestes primeiros investimentos. Identificou as intervenções na zona do Rossio como fundamentais, correspondendo a investimentos muito avultados. Referiu que estava previsto pelo Governo anterior a exclusão dos Municípios que não estivessem agregados a fundos comunitários neste âmbito, por exemplo Portalegre. Salientou o seu empenho na alteração desta decisão e sua resolução e deu exemplos. Compreende a integração dos Municípios na gestão assertiva dos dinheiros públicos. Garantiu que os SMAT têm os projetos elaborados para lançar e, caso não abram os avisos, reconhece a importância desta situação. Afirmou que se devem preparar o melhor possível e em reunião da Proteção Civil foi constatada a dificuldade de escoamento pluvial quando a pluviosidade é intensa, num curto espaço de tempo e num determinado local. Afirmou que nos últimos anos não tiveram fundos comunitários para estas questões e deu exemplos. -----

Confirmou que não foi discriminada nenhuma freguesia e deu exemplos. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão salientou que a identificação das intervenções que se projetam fazer pelos SMAT relacionam-se com o grau de degradação das redes e conseqüente prioridade e deu exemplos. Identificou detalhadamente os investimentos de remodelação efetuados nas grandes artérias na freguesia de Urra, no ano transato, e este ano está contemplada a intervenção nas águas residuais. Identificou a criação de redundâncias na freguesia de Reguengo, isto é, pode ser abastecida no sentido da piscina para a localidade ou da serra até ao centro da localidade. Explanou novamente o proferido anteriormente, relativamente às prioridades de execução, incluindo todas as freguesias.-----

O Senhor Vereador Luís Testa admirou a forma expedita com que a Senhora Presidente e a Senhora Vereadora Laura Galão falaram da freguesia de Urra. Aferiu que a sua intervenção foi mais direcionada a executar investimentos avultados no coração da cidade, por haver uma necessidade evidente. -----



A Senhora Presidente constatou que é tudo importante e esclareceu que muitas pessoas atualmente não tinham rede de abastecimento público nas suas habitações e foi um trabalho executado e deu o exemplo das Barrocas, em Urra.-----

A questão do Rossio é uma ocorrência que se verificou desde sempre e acrescentou que a resolução técnica não é fácil. -----

O assunto foi longamente discutido. -----

O Senhor Vereador João Cardoso aferiu que o orçamento dos SMAT foca-se em detetores de perda de água, contadores eletrónicos, algumas remodelações que são necessárias, um peso substancial na ETAR, que é relevante e muito importante, que se previa no anterior orçamento e espera que seja executada neste. Afirmou que durante muitos anos, incluindo os do mandato da Senhora Presidente, "o trabalho de casa tem sido feito", um trabalho metódico, de manutenção da rede que identificou como um trabalho de excelência, o que não aconteceu noutros concelhos e deu exemplos. -----

Em sua opinião, tal como aconteceu com as águas e saneamento, a recolha de resíduos deve passar para os SMAT, não lhe fazendo sentido criar mais uma empresa pública. Afirmou que já perceberam a opinião do Vereador Luis Testa e quer deixar a sua; ou passar para os SMAT ou ser privatizada, será uma boa solução. -----

Constatou no orçamento dos SMAT 2025 que há uma rubrica destinada ao estacionamento e contempla a aquisição de equipamento para instalação dos parques; substituição e modernização do existente. Perguntou em que ponto da situação vai ficar o estacionamento da cidade, pois foi lançado um procedimento para a concessão de todo o estacionamento. -----

Desabafou que esta situação permanece desde o início do mandato, caiu o procedimento anterior, atualmente têm os funcionários da *Resopark* contratados ao mês, ou semestre, não passam multas, mas depois vem a PSP, que emite multas muito superiores às emitidas pela *Resopark*, prejudicando as pessoas. Concluiu que não há gestão do estacionamento. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão respondeu que o Regulamento aprovado prevê a concessão do estacionamento de superfície e dos parques de estacionamento. Explicou que o 1.º concurso aqui indicado foi anulado e foi lançado um 2.º procedimento, e atualmente estão em condições de apresentar o relatório preliminar. Detalhou minuciosamente o procedimento e, se tudo correr bem, dentro de 2/3 meses terão a concessão de estacionamento ativa e implementada na cidade. Até lá está a decorrer uma prestação de serviços, que substitui o período entre o final de uma concessão e o início de outra. -----



Quanto à aquisição de equipamento, está relacionada com as cancelas, atualização do *software* para a emissão de *tickets*, para manter o funcionamento normal dos parques, uma vez que neste momento não está concessionado. -----

O Senhor Vereador João Cardoso referiu que imagina que esta rubrica aqui esteja e não venha a ser utilizada, pois o parque vai ser concessionado. Referiu que um relatório preliminar até à adjudicação não leva 3 meses. Perguntou quantos concorrentes existem. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão referiu que está a ser generosa em dar esta margem, para tudo estar a funcionar e o assunto resolvido. -----

O Senhor Vereador João Pedro Meira cumprimentou a Senhora Presidente, o Executivo, os técnicos do Município, quem nos acompanha em casa e a comunicação social presente. -----

Relativamente ao setor dos transportes, em todos os exercícios orçamentais nos termos referidos" quanto às matérias da sustentabilidade ambiental e da renovação da frota, sendo este o último orçamento do mandato, gostaríamos de saber qual a razão pela qual o Município de Portalegre ainda não possui Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) ". Informou que a Lei de Bases do Clima definiu a 31 de dezembro de 2021 que "os Municípios estavam obrigados a definir e apresentar os seus planos de mobilidade Urbana sustentável, no horizonte previsível de 3 anos", esgotando-se esse prazo a 31 de dezembro de 2024. -----

Aferiu compreender a inexistência ou a falta de vontade política para o investimento em renovação da frota, mas o que não consegue compreender é que passados 3 anos, se verifica uma total inexistência de estratégia para o setor dos transportes. Após a aprovação da Lei de Bases, o principal objetivo era que os Municípios definissem a sua estratégia; quais seriam os seus serviços de mobilidade sustentável e como é que caminhariam para a concretização desses objetivos. -----

Reforçou que a Câmara Municipal de Portalegre é a Autoridade de Transportes neste concelho, deixando essa responsabilidade e competência entregue aos SMATP e bem. Perguntou como é que ao longo de todo o mandato, a Câmara Municipal não transferiu qualquer verba para reforço orçamental dos SMAT, para investimento no setor dos transportes. -----

A Senhora Presidente respondeu que "não é bem assim" e mais à frente, nesta ordem de trabalhos, está agendado a aquisição de um autocarro novo, para ceder aos SMAT. Proferiu que há muitos e muitos anos e mandatos atrás que não é adquirido nenhum autocarro novo e a Câmara vai fazê-lo. Esclareceu que irão adquirir outro autocarro usado, para os SMAT. Demonstrou a vontade de renovar toda a frota, mas há várias



prioridades. Confirmou que necessitam de autocarros novos ou usados, melhores do que os que têm sido adquiridos, mas em processo gradual, pelo valor elevado da aquisição.-----

A Senhora Vereadora Laura Galão confirmou que não têm o plano de mobilidade feito, mas existe um Plano Municipal. Adiantou que fizeram um Plano Municipal de Ação Climática, o PAPERSU dos resíduos, e este trabalho já realizado encaixa no Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável.-----

O Senhor Vereador Luís Testa constatou que não existe um plano, e opinou que seria melhor a elaboração do plano e posteriormente conjugar as medidas que se encaixam, uma vez que as medidas adotadas podem ser incompatíveis com o plano.-----

Segundo sabe, a aquisição do novo autocarro é para turismo, muito útil e necessário, mas não é uma medida impactante na mobilidade urbana.-----

Afirmou que a Senhora Presidente referiu que "gostava de renovar a frota de uma vez só" e recordou que foi alertada desde o início do mandato, pelos Vereadores do Partido Socialista, como se processavam as candidaturas ao Fundo Ambiental. Deu o exemplo do Município do Barreiro, que substituiu toda a frota e vendeu a usada a terceiros, tirando lucro desta transação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores, Luís Testa e João Meira, aprovar os Documentos das demonstrações orçamentais previsionais - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimento 2025 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o presente documento.-----

Declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista.-----

"Os Vereadores do Partido Socialista optam pela abstenção, precisamente pelo facto de nos dois primeiros anos termos viabilizado com voto a favor, este mesmo exercício. Acreditamos que aquilo que eram os compromissos assumidos no setor dos transportes acabariam por ter um melhor resultado e um melhor destino. Sendo este o 4º e último exercício orçamental, verifica-se que o Município de Portalegre continua sem um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável aprovado, não cumprindo com o previsto na Lei de Bases do Clima, desde 31 de dezembro 2021. Não nos é apresentada uma estratégia programada para a renovação da frota automóvel, porque continuamos a ter uns Serviços Municipalizados sem capacidade de investimento, porque a Câmara



Municipal não cumpre com a competência que lhe é legalmente exigida enquanto autoridade de transportes.

Do lado dos SMAT, compreendemos que não podem, nem devem nunca abandonar o setor do saneamento e do abastecimento de água, ainda assim, há um conjunto de intervenções prioritárias no coração da cidade de Portalegre, onde vimos as cheias do último inverno inundar novamente o Rossio, que ficam por programar e concretizar. Por esse mesmo facto, o Município de Portalegre não cumprindo com aquela que é a competência que lhe está atribuída, deixando sistematicamente o setor dos transportes para o amanhã que nunca vem, optamos pela abstenção".

1154 – Para deliberar – Presente proposta referente aos Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2025, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Luís Testa e João Pedro Meira, aprovar a proposta, referente Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2025, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o presente documento.-----

O Senhor Vereador João Pedro Meira deixou duas notas:

- Na página 18, no mapa das despesas, o valor na coluna do período não é igual ao valor da soma e não havendo movimentos, há uma diferença de sensivelmente 100 mil euros, que não consegue identificar. -----

- O que aparece na DR é diferente do que surge no balanço, na rubrica Caixa e Depósitos aparece um valor de 438 mil euros no balanço, mas depois na DR, aparecem 623 mil euros. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão respondeu que neste momento não consegue esclarecer o Senhor Vereador João Pedro Meira sobre esta diferença contabilística.-----

Declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista.-----



"Os Vereadores do Partido Socialista optam pela abstenção, precisamente pelo facto de nos dois primeiros anos termos viabilizado com voto a favor, este mesmo exercício. Acreditámos que aquilo que eram os compromissos assumidos no setor dos transportes acabariam por ter um melhor resultado e um melhor destino. Sendo este o 4º e último exercício orçamental, verifica-se que o Município de Portalegre continua sem um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável aprovado, não cumprindo com o previsto na Lei de Bases do Clima, desde 31 de dezembro 2021. Não nos é apresentada uma estratégia programada para a renovação da frota automóvel, porque continuamos a ter uns Serviços Municipalizados sem capacidade de investimento, porque a Câmara Municipal não cumpre com a competência que lhe é legalmente exigida enquanto autoridade de transportes.

Do lado dos SMAT, compreendemos que não podem, nem devem nunca abandonar o setor do saneamento e do abastecimento de água, ainda assim, há um conjunto de intervenções prioritárias no coração da cidade de Portalegre, onde vimos as cheias do último inverno inundar novamente o Rossio, que ficam por programar e concretizar. Por esse mesmo facto, o Município de Portalegre não cumprindo com aquela que é a competência que lhe está atribuída, deixando sistematicamente o setor dos transportes para o amanhã que nunca vem, optamos pela abstenção".

1155 – Para deliberar – Presente proposta referente ao Mapa de Pessoal para 2025 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre.--

A Senhora Vereadora Laura Galão explicou que vão executar o reforço que estava previsto no Mapa de Pessoal dos SMAT no ano anterior. Será também reduzido um posto de Coordenador técnico, por aposentação, ficando o Quadro de Pessoal com 68 colaboradores. -----

O Senhor Vereador João Pedro Meira constatou que o mapa de pessoal aprovado de 2023 para 2024, era de 9 postos de trabalho previsionais e perguntou quantos foram ocupados, no ano transato.-----

A Senhora Vereadora Laura Galão respondeu que no ano transato houve um atraso nos procedimentos concursais e os números de postos de trabalhos são os mesmos do ano transato. -----

A Senhora Presidente concluiu que não há este ano aumento do número de colaboradores. -----

O Senhor Vereador João Cardoso referiu que, relativamente ao estacionamento, alguns funcionários têm estado apensos às suas competências de gestão no estacionamento,



nomeadamente, o estacionamento coberto e perguntou se estes funcionários vão ser reajustados em outras funções e quais. -----

A Senhora Vereadora Laura Galão explicou que estes funcionários têm a categoria de Assistentes Operacionais e alguns já estão enquadrados noutros setores. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para 2025 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, nos termos disposto no artigo 29.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presente documento.-----

DAGF - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

Serviço de Contabilidade

A Senhora Presidente pediu permissão aos Senhores Vereadores para ler os dois pontos seguintes, a fim de serem debatidos em conjunto.-----

1156 – Para deliberar – Presente proposta referente ao Orçamento para 2025 e Plano Orçamental Plurianual.-----

Resumiu que é um orçamento que totaliza 32,895,854€, com um acréscimo de 5%, comparativamente ao orçamento transato.-----

Os valores mais relevantes estão relacionados com a diminuição de impostos, taxa mínima de IMI e a diminuição do valor de IRS, pagos pelas famílias, pois foi um compromisso eleitoral assumido com a população. -----

Como previsão de Impostos diretos, vão receber 4,6 milhões de euros, um decréscimo de 9,7% comparativamente ao ano transato. -----

Desde há dois anos, têm reduzido o valor das taxas de licenciamento (60%) e este ano preveem um aumento na receita das taxas de 43% (602 mil€), resultado do acréscimo de construções privadas no concelho. -----

As transferências correntes, venda de serviços, totalizam uma receita de 24 milhões.-----

Receita de Capital; vendas de bens de investimento, 262 mil euros, transferências de capitais, 8,4 milhões, Outras receitas de capital, 23 mil euros.-----

Há um aumento de 1, 6 milhões comparativamente com o ano transato.-----

Quanto à despesa corrente:



-Gastos com pessoal são de 11, 6 milhões de euros, refletindo 35,4 %; com a transferência de competências do Estado para as Autarquias aumentou significativamente este gasto;

- Aquisição de bens e serviços, 6,6 milhões de euros, (20, 1%).-----

Despesa de capital:

- Aquisição de bens de capital, ronda os 11 milhões de euros, um terço do orçamento.-

- Passivos financeiros, com 1, 2 milhões de euros (3,3%).-----

Resumiu em seguida a aplicação das verbas orçamentais e destacou:

Proteção Civil: luta contra incêndios, transferência para os Bombeiros Voluntários de Portalegre, no valor de 292,500 euros, mais 75 mil euros, com o objetivo de oferecer uma ambulância; -----

Educação: com valores muito expressivos (delegações de competências), refeições, 931 mil euros e cerca de 600 mil para a recuperação da Escola Cristóvão Falcão; -----

Requalificação da Escola José Régio; está a chegar o projeto técnico;-----

- Requalificação e intervenções das escolas rurais, parques infantis e apetrechamento da Escola de Alagoa;-----

Ação Social e Habitação Social previstos 3.4 milhões de euros; 1º Direito à habitação, Protocolo com a Cruz Vermelha, Medidas de inserção, apoio a particulares, Cartão Municipal do idoso, apoio em medicamentos, transportes, etc.-----

Ordenamento do Território:

- Verba de 1, 2 milhões de euros; libertação da garantia bancária no lote da Amoreira (201 mil €), Projeto da construção da ciclovia em zona envolvente à cidade. O projeto está a ser desenvolvido e a candidatura apresentada com o estudo prévio no início, com 875 mil euros. Acionamento da Garantia bancária da Gafa, requalificação de passeios e conclusão do projeto do Bairro dos Apóstolos. Pretendem, em janeiro, lançar a empreitada para a execução da obra (200 mil). Intervenção de requalificação no Bairro dos Assentos e Atalaião, requalificação do Largo do Rossio, em Alagoa, requalificação urbana e paisagística da zona comercial, centro histórico e Rua do Comércio.-----

- Resíduos Sólidos com 811 mil euros para a prestação deste serviço.-----

Proteção do Meio Ambiente e proteção da natureza, reabilitação dos sanitários públicos das freguesias rurais.-----

- Cultura com 1,8 milhões de euros; aprovado o Projeto de requalificação e descobertas das muralhas na Rua dos Muros de Baixo (na ordem de 338 mil €); a obra do Centro Cultural de Fortios. (892 mil €); conclusão da candidatura da Tapeçaria de Portalegre,



em que faltam executar 120 mil €; Investimento no CAEP, cerca de 300 mil €, em espetáculos. Reforço do apoio ao projeto da Cultura, destinado às Associações Culturais do concelho, bem como projetos de cultura nas freguesias. Elaboração do projeto técnico de intervenção no Castelo.-----

- Desporto, recreio e lazer com 1,6 milhões de euros, o valor mais expressivo relaciona-se com a intervenção da Piscina Descoberta. Esclareceu que pretendem lançar o concurso, no valor de 3 milhões. Renovação dos parques infantis do concelho, renovação dos equipamentos desportivos, renovação do piso do campo de futebol.---

- Programa de apoio ao Associativismo (147 mil €), apoio aos eventos desportivos. Desenvolver um projeto para o Pavilhão Multiusos, pois é uma necessidade de Portalegre.-----

- Prevenção e combate a incêndios: aquisição de serviços, controle de vegetação, redução de densidades de combustível, controle da vegetação espontânea, etc.-----

- Melhoramento de passeios na zona industrial: (200 mil €). Parque industrial com uma nova linha de média tensão, de interligação da PT no loteamento da Ratinha ou da zona industrial. -----

- Iluminação pública: 1 milhão e 41 mil euros, destinados a vários projetos, comunidades de energia elétrica, renovação de eficiência energética nos equipamentos energéticos.-----

- Transportes e Comunicações: 1,9 milhão de euros, conservação de beneficiação de vias municipais. Nas freguesias rurais, tem interagido com os Senhores Presidentes de Junta. Na cidade, a intervenção na Avenida da Extremadura Espanhola, intervenção profunda no tapete, remover os rails e substituir por outra estrutura, intervenções nos Bairros dos Assentos e Atalaião. Intervenção na Avenida 1º de Maio. -----

- Projeto de recuperação do Parque de Campismo: estão a terminar o projeto.-----

- Grandes Eventos: Festas da Cidade, Feira das Cebolas e Atividades Económicas, com outra projeção, Vinhos de Altitude, entre outros projetos.-----

- Transferências entre administrações: protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, com um aumento de 10%, totalizando 75% desde o início do mandato.-----

- Transferências para a CIMAA e AREANATEjo.-----

Concluiu que o orçamento respeita o equilíbrio orçamental, pauta-se pela diminuição do pagamento de impostos e explicou os procedimentos. Recordou as bem feitorias executadas neste mandato. Informou que a dívida do Município à data deste orçamento é de 9.184.974€, não incluindo a dívida da Fundação Robinson. Acrescentou que a Fundação Robinson era constituída pelo Município de Portalegre e a Sociedade



Corticeira (processo de insolvência extinto) e havendo dívida, é fácil entender a quem é alocada. Desabafou que nunca esperou que fosse a Sociedade Corticeira a pagar a dívida. Comunicou que estão a constituir os órgãos sociais da Fundação, no sentido de extinguir esta Fundação, vontade de todo o Executivo Camarário. -----

O Senhor Vereador João Pedro Meira descortinou que nas GOP surge uma transferência para a Fundação Robinson, com plurianualidade para 2026, no valor de 235,612€ e perguntou qual o objetivo.-----

Afirmou que a Senhora Presidente apresentou um conjunto de intenções e referiu que este orçamento não é diferente dos 3 anteriores, pelo facto de ser o orçamento que antecipa as eleições autárquicas, mas não deixa de ser curioso que os três projetos que a Senhora elencou na sua apresentação, como sendo novos lançamentos, não têm cabimentação para o próximo ano;-----

- O projeto de construção da ciclovia, com valor cabimentado de 27 mil€ e cabimentado em plurianualidade para o ano de 2026, de 874 mil€;-----

- Projeto de Requalificação e descobrimento das muralhas na Rua 1º de Maio, rubrica aberta com 1€, com plurianualidade para 2026, com o valor de 450 mil€;-----

- O Pavilhão Multiusos, rubrica aberta com 1€ e plurianualidade para 2026/2027, de 1 milhão 750 mil€ em cada ano. -----

- Recuperação do Parque de Campismo da Quinta da Saúde, cabimentada com 200 mil € com plurianualidade para 2026/2027 de 1 milhão 178 mil€ em cada ano.-----

Salientou que os projetos discriminados anteriormente não são para se fazerem no próximo ano. -----

A rubrica Transferência de Capital para as freguesias é apresentada com 1€ e recordou que no ano transato estava cabimentada com 190 mil€ destinados à ampliação do Cemitério da Urra, desaparecendo essa rubrica. Perguntou se abandonou o compromisso assumido anteriormente referente à ampliação do Cemitério de Urra.-----

Referiu que tem, este ano, uma margem utilizável de endividamento sustentável na ordem dos 5 milhões e 704 mil€, para além de cumprir a regra de equilíbrio orçamental em excesso, tem praticamente 3 milhões de euros. Perguntou se não pretende alavancar qualquer investimento público através do endividamento, como aconteceu no mandato anterior, "quando recorremos à banca para lançar duas empreitadas: a Avenida Francisco Fino e a Requalificação da Piscina Municipal dos Assentos". Sugeriu que poderia alavancar um dos projetos elencados como projetos eleitorais, através de financiamento externo. -----



Acrescentou que na nota de apresentação, a Senhora Presidente "vai continuar a requalificar os 109 fogos municipais, promovendo uma habitação de qualidade" e proferiu que gostava de lhe perguntar "a continuar o quê?". -----

Disse também que "estará à procura de fundos comunitários para financiar o Pavilhão Multiusos e requalificar a Escola Básica 2/3 José Régio" mas durante os últimos 3 anos não lançou nenhuma empreitada com fundos comunitários por si conseguidos ou cooptados, ou muito poucos foram os investimentos que lançou com fundos comunitários, e perguntou "se não andar à procura dos fundos comunitários no sítio errado?". -----

Concluiu que a Senhora Presidente se antecipou em novembro, para apresentar o seu programa eleitoral.-----

A Senhora Presidente respondeu que "estava a estranhar não haver a típica e habitual ofensa" e afirmou que sabe muito bem onde se procuram os financiamentos comunitários. -----

Respondeu que não poderá existir nenhuma rubrica específica designada por Cemitério da Urra. Explicou que existia transferência de capital entre administrações e está aberta a rubrica com 190 mil€ e serão pagos à Junta de Freguesia este ano. Explicou em seguida o procedimento acordado entre ambas as partes e o Presidente da Junta sabe que a "Câmara acompanhará esse investimento". Relembrou que têm de revogar a deliberação onde a Câmara aprovou a transferência dos 20 mil€ para esta Junta. Confirmou que o compromisso se mantém.-----

Quanto à intervenção das Muralhas, referia-se aos Muros de Baixo.-----

Relativamente ao projeto da Rua 1º de Maio, ainda não está aprovado neste momento. Informou que estão a prever a cabimentação de obras que se encontram mais adiantadas e deixar para depois, quando tiverem a integração do Saldo de Gerência, previstos cerca de 3 milhões €, para distribuir e cabimentar rubricas correspondentes ao Pavilhão Multiusos, Parque de Campismo e Ciclovia. Explicou em seguida detalhadamente o ponto das situações e projetos.-----

Em relação aos 109 fogos, explicou que têm algumas obras para adjudicar.-----

Quanto à verba em GOP para a Fundação Robinson, solicitou a intervenção do Senhor Chefe de Divisão, Dr. José Gandum.-----

O Dr. José Gandum facultou informação técnica. -----

A Senhora Presidente concluiu que assumiu funções no final de um quadro comunitário e início de outro, ficando o processo mais lento, refletindo a atualidade. Deu exemplos e referiu que a verba para a Piscina e para as Muralhas estão garantidas para o Município, mas têm de abrir os avisos, a fim de integrarem as verbas como receita.



Constatou que a recuperação da Escola José Régio são 5 ou 6 milhões de euros, não devendo o Município, com verbas próprias, lançar a empreitada. Concluiu que estão a interagir junto dos Ministérios para a abertura dos avisos e ver a obra financiada, como por exemplo a Residência de Estudantes. -----

Concluiu que fica na história quem faz e quem excuta. -----

O Senhor Vereador Luís Testa lamentou o registo adotado pela Senhora Presidente, relativamente às questões apresentadas e debatidas anteriormente pelo Senhor Vereador João Pedro Meira, que teceu um conjunto de argumentações relacionadas com opções orçamentais, perguntas e esclarecimentos. Proferiu que os órgãos colegiais servem para isso, para concentrar em si diferentes opiniões, propostas, soluções, e é assim que funciona a democracia, não houve ofensa, houve crítica o que é natural.--- Não concordou com o preferido pela Senhora Presidente, "que fica na história quem faz e quem excuta", pois é um regime diferente de democracia que se pauta pela participação plural, adução, concretização coletiva, por necessidade de encontrar cominhos comuns, construir pontes em vez de construir muros. -----

Recordou que na 1ª discussão orçamental foram levantadas uma série de questões pelos Vereadores do Partido Socialista, por não encontrarem desfraldo orçamental, entre os quais a Residência dos Estudantes. Desabafou que "quem faz é que fica na história", e "à luz dessa tese que é sua", a verdade dos factos foi trazida de forma positiva pelos Vereadores do Partido Socialista. Concluiu que sempre se sentiram muito confortáveis com as posições que tomaram, relativamente às melhorias que achavam necessárias dos documentos do Município e voltou a manifestar essa vontade no futuro. "Não estão aqui para percorrer aquela tese que, muitos partidos têm, quanto pior melhor", estão aqui para propor positivamente a favor da população e do concelho de Portalegre. "Esse é o nosso espírito, foi para isso que as pessoas que confiaram em nós depositaram o seu voto. Eu não me sentiria bem se traísse a confiança a essas pessoas". -----

O Vereador João Pedro Meira, licenciado em Economia, Técnico no Banco de Portugal, com predicados técnicos, quando colocou a pergunta orçamental quanto à existência orçamental de uma rubrica destinada ao Cemitério da Urra, a obra será da competência da Junta por protocolo que ainda não foi assinado, era admissível do ponto de vista técnico a existência de uma rubrica que identificasse o investimento. Manifestou o seu agrado por o capital de 190 mil € ser transferido para a Junta, resolvendo o problema da junta de freguesia e a questão de execução orçamental.---

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com votos de abstenção dos Senhores Vereadores Luís Testa, João Pedro Meira e voto contra



do Senhor Vereador João Cardoso, aprovar o Orçamento para 2025 e Plano Orçamental Plurianual, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o presente documento.-----

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador João Cardoso

"Votar contra ou abster-me resultaria, no mesmo. Falar ou não, teria o mesmo resultado. Ficar com a sensação de total impotência perante uma presidente que só se escuta a si própria, mas que conseguiu garantir uma aritmética de votos que lhe permite não ouvir mais ninguém. Não acredito que este seja o caminho certo, mas, em democracia, a minha opinião vale tanto quanto a de todos os outros.

Aqui fica a minha:

Este é o último orçamento deste mandato, em 2025, a Câmara Municipal de Portalegre terá novamente um dos maiores orçamentos dos últimos anos, elevado número de candidaturas que transitaram do mandato anterior. Contudo, é confrangedor olhar para o concelho, para a cidade e para as freguesias rurais e perceber que este aumento exponencial de recursos financeiros não se traduz no dia a dia dos portalegrenses. Isto deve-se, essencialmente, a uma alarmante falta de estratégia e ambição, refletida claramente nos documentos previsionais que hoje discutimos.

Percebemos a lógica populista e eleitoralista, mas, Senhora Presidente, a estratégia para o desenvolvimento da nossa cidade não pode assentar em mais festas, em trazer cada ano o artista mais caro, pavimentações sobre pavimentações com menos de três anos ou na distribuição indiscriminada de subsídios.

A organização da cidade foi esquecida. Os procedimentos de regulação do estacionamento foram abandonados durante todo o mandato. O centro histórico e a zona comercial antiga estão ao abandono. Não se ouve falar de reabilitação urbana, muito menos de revitalização. Com mais de 28 milhões de euros disponíveis, a Câmara ainda não conseguiu concluir uma única habitação social. Obras iniciadas no mandato anterior transformaram-se num verdadeiro calvário, de fazer inveja a Santa Engrácia.

Quase nada avançou nestes últimos três anos e isso reflete-se nos documentos previsionais onde mais de 75% dos parágrafos políticos são iguais aos orçamentos dos anos anteriores e onde as verbas vão transitando em rubricas que não teve capacidade de executar.



Mas aproximam-se as eleições e, se já estávamos habituados ao orçamento de rubricas sem verba agora somam-se as promessas eleitorais, incluindo projetos que nem sequer estão contemplados nas verbas de 2025.

Veja-se, por exemplo, a Requalificação da Escola Básica José Régio, a obra de beneficiação das Muralhas da Rua 1.º de Maio ou até um pavilhão multiusos, todos com 0 euros previstos para 2025. O mesmo acontece com a recuperação do Parque de Campismo da Quinta da Saúde, o projeto de Requalificação Urbana e Valorização Paisagística das Estruturas Defensivas da Vila de Alegrete, promessa arrastada durante todo o mandato, do Projeto de Recuperação da Estrutura Existente no Castelo de Portalegre, ou da futura ciclovia, onde apenas se alocaram verbas simbólicas.

Como estamos quase na altura dele, haja quem continue a acreditar no pai natal!

A estratégia eleitoral, no entanto, pode ter revezes. No ano passado, na minha declaração de voto, alertei: "A Piscina Municipal descoberta é muito importante, mas com o projeto feito e aprovado no anterior mandato, como é possível só agora, passados dois anos, mandar fazer os projetos de especialidades que vão permitir a sua execução?" e concluí dizendo que "Quer ficar lembrada como a Presidente que só recuperou uma piscina, eu espero que pelo menos isso."

Disse

É que, infelizmente, vai ficar lembrada como a Presidente do NEM ISSO, nem ideias nem obras.

Todas as semanas há gente a abandonar o concelho por falta de esperança. Os jovens estudantes já não querem regressar, os turistas são escassos e os investidores são cada vez menos.

E, com isso, perde Portalegre. Perdem os que partilham da minha opinião e, também, os que não concordam comigo".

Declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista

"Os Vereadores do Partido Socialista votam através da abstenção o presente exercício orçamental. Não deixamos voltar a manifestarmo-nos quanto a questões de reforma, nomeadamente, o facto do perímetro orçamental do Município continuar sem refletir com exatidão e rigor contabilístico a verdadeira dívida da Fundação Robinson. Além disso, este é um Orçamento de promessas eleitorais, como o projeto de requalificação das muralhas na Rua 1º de Maio, o Pavilhão Multiusos ou o Parque de Campismo, tudo obras apresentadas como promessa eleitoral não cabimentadas para serem executadas no presente exercício orçamental. Ainda assim, o Partido Socialista olha para este Orçamento e para estes exercícios orçamentais e vê na Senhora Presidente



uma recetora das ideias da sua oposição, que nesta Câmara apenas teve e está entregue ao Partido Socialista, ainda que não tenha sequer o respeito democrático de o reconhecer, chegando inclusivamente a dizer que "as ideias não importam". Mas mesmo assim, mesmo assim, lhe dizemos que as ideias que estão neste orçamento são de facto boas, porque são as ideias e as propostas de alteração orçamental que o Partido Socialista apresentou no 1º exercício orçamental em 2021. Desde logo, cabimentados agora o projeto de construção de passeios no Bairro do Atalaião, a requalificação dos passeios no Bairro dos Apóstolos, na freguesia de Urra, a demolição dos imóveis junto às muralhas da Rua dos Muros de Baixo, na cidade de Portalegre. Além de tudo isto, e já concluídas também as propostas de alteração orçamental que apresentámos da requalificação dos passeios na Rua da Saudade, em Caia, a ampliação do Cemitério de Urra, que estará em breve em curso, a requalificação dos balneários do Estádio Municipal em curso. Mas também, já concluídas nos dois primeiros anos de mandato, a impermeabilização da bancada do Estádio Municipal Eduardo Sousa Lima, a requalificação da Residência de Estudantes, na Rua Temudo de Oliveira, a requalificação do piso sintético do campo de treinos do Estádio Municipal e a requalificação e construção dos passeios na Rua da Fontinha, em Alagoa. Tudo propostas de alteração orçamental apresentadas no 1º exercício orçamental deste mandato, em 2021, por parte dos Vereadores do Partido Socialista.

Uma demonstração clara que este Partido e estes Vereadores estão comprometidos com a cidade, com Portalegre e com os portalegrenses. E é nessa mesma senda que justificamos a nossa abstenção".

1157 – Para deliberar – Presente proposta referente às Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2025 a 2029.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos de abstenção dos Senhores Vereadores Luís Testa, João Pedro Meira e voto contra do Senhor Vereador João Cardoso, aprovar a proposta referente às Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2025 a 2029, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o presente documento.-----

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador João Cardoso



“Votar contra ou abster-me resultaria, no mesmo. Falar ou não, teria o mesmo resultado. Ficar com a sensação de total impotência perante uma Presidente que só se escuta a si própria, mas que conseguiu garantir uma aritmética de votos que lhe permite não ouvir mais ninguém. Não acredito que este seja o caminho certo, mas, em democracia, a minha opinião vale tanto quanto a de todos os outros.

Aqui fica a minha:

Este é o último orçamento deste mandato, em 2025, a Câmara Municipal de Portalegre terá novamente um dos maiores orçamentos dos últimos anos, elevado número de candidaturas que transitaram do mandato anterior. Contudo, é confrangedor olhar para o concelho, para a cidade e para as freguesias rurais e perceber que este aumento exponencial de recursos financeiros não se traduz no dia a dia dos portalegrenses. Isto deve-se, essencialmente, a uma alarmante falta de estratégia e ambição, refletida claramente nos documentos previsionais que hoje discutimos.

Percebemos a lógica populista e eleitoralista, mas, Senhora Presidente, a estratégia para o desenvolvimento da nossa cidade não pode assentar em mais festas, em trazer cada ano o artista mais caro, pavimentações sobre pavimentações com menos de três anos ou na distribuição indiscriminada de subsídios.

A organização da cidade foi esquecida. Os procedimentos de regulação do estacionamento foram abandonados durante todo o mandato. O centro histórico e a zona comercial antiga estão ao abandono. Não se ouve falar de reabilitação urbana, muito menos de revitalização. Com mais de 28 milhões de euros disponíveis, a Câmara ainda não conseguiu concluir uma única habitação social. Obras iniciadas no mandato anterior transformaram-se num verdadeiro calvário, de fazer inveja a Santa Engrácia.

Quase nada avançou nestes últimos três anos e isso reflete-se nos documentos previsionais onde mais de 75% dos parágrafos políticos são iguais aos orçamentos dos anos anteriores e onde as verbas vão transitando em rubricas que não teve capacidade de executar.

Mas aproximam-se as eleições e, se já estávamos habituados ao orçamento de rubricas sem verba agora somam-se as promessas eleitorais, incluindo projetos que nem sequer estão contemplados nas verbas de 2025.

Veja-se, por exemplo, a Requalificação da Escola Básica José Régio, a obra de beneficiação das Muralhas da Rua 1.º de Maio ou até um pavilhão multiusos, todos com 0 euros previstos para 2025. O mesmo acontece com a recuperação do Parque de Campismo da Quinta da Saúde, o projeto de Requalificação Urbana e Valorização Paisagística das Estruturas Defensivas da Vila de Alegrete, promessa arrastada durante



todo o mandato, do Projeto de Recuperação da Estrutura Existente no Castelo de Portalegre, ou da futura ciclovia, onde apenas se alocaram verbas simbólicas.

Como estamos quase na altura dele, haja quem continue a acreditar no pai natal!

A estratégia eleitoral, no entanto, pode ter revezes. No ano passado, na minha declaração de voto, alertei: "A Piscina Municipal descoberta é muito importante, mas com o projeto feito e aprovado no anterior mandato, como é possível só agora, passados dois anos, mandar fazer os projetos de especialidades que vão permitir a sua execução?" e concluí dizendo que "Quer ficar lembrada como a Presidente que só recuperou uma piscina, eu espero que pelo menos isso."

Disse

É que, infelizmente, vai ficar lembrada como a Presidente do NEM ISSO, nem ideias nem obras.

Todas as semanas há gente a abandonar o concelho por falta de esperança. Os jovens estudantes já não querem regressar, os turistas são escassos e os investidores são cada vez menos.

E, com isso, perde Portalegre. Perdem os que partilham da minha opinião e, também, os que não concordam comigo".

Declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista

"Os Vereadores do Partido Socialista votam através da abstenção o presente exercício orçamental. Não deixando de manifestar questões de reforma, nomeadamente, o perímetro orçamental do Município, cuja dívida do Município continua a não revelar a sua realidade total, que nos está competida, nomeadamente a verdadeira dívida da Fundação Robinson. Além disso, um conjunto de promessas eleitorais, desde logo, o projeto de requalificação das muralhas da Rua 1º de Maio, o pavilhão multiusos ou o Parque de Campismo, tudo obras apresentadas como promessa eleitoral não orçamentadas no presente exercício orçamental. Ainda assim, o Partido Socialista olha para este orçamento e para estes exercícios orçamentais e vê na Senhora Presidente uma recetora das ideias da sua oposição, que nesta Câmara apenas teve e está entregue ao Partido Socialista, ainda que não tenha sequer o respeito democrático de o reconhecer chegando inclusivamente a dizer que " as ideias não importam". Mas mesmo assim, mesmo assim, lhe dizemos que as ideias que estão neste orçamento são de facto boas, porque são as ideias e as propostas de alteração orçamental que o Partido Socialista apresentou no 1º exercício orçamental, em 2021. Desde logo cabimentadas o projeto de construção dos passeios do Bairro do Atalaião, a requalificação dos passeios no Bairro dos Apóstolos na freguesia de Urra, a demolição



dos imóveis junto às muralhas da Rua dos Muros de Baixo, na cidade de Portalegre. Além de tudo isto, e já concluídas também as propostas de alteração orçamental que apresentámos da requalificação dos passeios na Rua da Saudade em Caia, a ampliação do Cemitério de Urra, que estará em curso em breve, a requalificação dos balneários do Estádio Municipal, em curso. Mas também, já concluídas a impermeabilização da bancada do Estádio Municipal Eduardo Sousa Lima, a requalificação da Residência de Estudantes, na rua Temudo de Oliveira, a requalificação do piso sintético do campo de treinos do Estádio Municipal e a requalificação e construção dos passeios na Rua da Fontinha em Alagoa. Tudo propostas de alteração orçamental apresentadas no 1º exercício orçamental deste mandato, em 2021, por parte dos Vereadores do Partido Socialista, precisamente uma demonstração clara que este Partido e estes Vereadores estão comprometidos com a cidade, com Portalegre e com os portalegrenses. E é nessa mesma senda que justificamos a nossa abstenção".

1158 – Para deliberar – Proposta referente Mapa de Pessoal para 2025.-----

A Senhora Presidente explicou detalhadamente a alteração a realizar ao Mapa de Pessoal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2025, nos termos disposto no artigo 29.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presente documento.-----

Serviço de Contratação Pública

1159 – Para deliberar – Presente proposta para autorização de abertura de procedimento por ajuste direto, para a Aquisição de 1 Autocarro – HD 13, Temsa, ao abrigo do opcional 2.15 do "Acordo Quadro para Aquisição de Viaturas – CNCM – AQ/40/2020", promovido pela Central Nacional de Compras Municipais, com o ID BASE n.º 4947259, com convite à empresa Carbus - Veículos e Equipamentos, S.A;

- Aprovação das peças do procedimento por ajuste direto;
- Designação do Serviço de Gestão de Frotas para a condução do procedimento;
- Nomeação como gestor do contrato nos termos do art.º 290º-A do CCP, o Técnico Superior responsável pelo Serviço de Gestão de Frotas Valter Gomes;



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:

- Autorizar o procedimento, por ajuste direto, de Aquisição de 1 Autocarro – HD 13, Temsa, ao abrigo do opcional 2.15 do "Acordo Quadro para Aquisição de Viaturas – CNCM – AQ/40/2020", promovido pela Central Nacional de Compras Municipais, com o ID BASE n.º 4947259, com convite à empresa Carbus - Veículos e Equipamentos, S.A.
- Aprovar as peças do procedimento;
- Nomear o Serviço de Gestão de Frotas para a condução do procedimento;
- Nomear como gestor do contrato, nos termos do art.º 290º-A o responsável pelo serviço de gestão de frotas o Técnico Superior Valter Gomes.-----

1160 – APROVAÇÃO EM MINUTA

De acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do Art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.-----

1161 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram, 12.29 Horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Maria Ruivo, que a secretariei.-----

A Presidente da Câmara

A Secretária